



PEC

DO PLANO DE

METAS

Saiba por que aprovar

Aprovar a **PEC das Metas** é fazer um grande bem ao país e à gestão pública

A aprovação da PEC das Metas pelo Congresso Nacional proporcionará ao país os seguintes benefícios:

- o aprimoramento dos instrumentos de planejamento e da gestão para os quatro anos de mandato dos prefeitos, governadores e presidentes da República;
- a consolidação programática dos partidos políticos e de suas propostas eleitorais;
- a promoção da participação, transparência e ampla corresponsabilização social em relação à execução das políticas públicas.

A exigência da elaboração de um Plano de Metas para os quatro anos de mandato aos executivos municipais, estaduais e federal, que seja complementado pela demonstração de indicadores de resultados e prestação de contas periódica à sociedade, significa, antes de tudo, investir no aperfeiçoamento da administração pública, na sua modernização democrática e na busca pela eficiência e qualidade dos serviços prestados à população. Com isso, teremos condições de superar boa parte dos obstáculos básicos – para não dizer óbvios – que impedem o salto de qualidade definitivo para tornar a gestão pública brasileira contemporânea da própria importância econômica e internacional que o país conquistou.

Os custos para os cofres públicos serão praticamente nulos, podendo-se afirmar que, na verdade, trarão economias e benefícios com o aprimoramento dos instrumentos e ferramentas de gestão. O Plano de Metas possibilitará o bom planejamento e execução orçamentária, proporcionando maior capacidade de previsibilidade, eleição de prioridades, supressão de desperdícios e ganhos de produtividade. Isso permitirá ampliar a capacidade de realização da gestão e resultar em reconhecimento público.

A PEC das Metas só trará benefícios à administração pública, aos partidos políticos e ao povo brasileiro. Este é o momento de aprová-la, de forma a estar em vigência já nas eleições municipais de 2016, permitindo que os prefeitos e prefeitas eleitos(as) iniciem esta verdadeira modernização democrática da gestão pública nacional.

Plano de Metas em São Paulo Uma Experiência Pioneira

Por uma iniciativa da Rede Nossa São Paulo (RNSP), a capital paulista foi a primeira cidade do Brasil a aprovar uma emenda para obrigar os prefeitos a apresentarem um programa de metas quantitativas e qualitativas para cada área da administração municipal.

Apresentada ao Legislativo Paulistano em agosto de 2007 e aprovada em fevereiro de 2008, a Lei do Plano de Metas de São Paulo determina que todo prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão em até noventa dias após sua posse. O Plano conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal, subprefeituras e distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da Lei do Plano Diretor Estratégico.

A lei prevê a realização de audiências públicas (temáticas e regionais, por subprefeituras) nos 30 dias seguintes à apresentação do Plano de Metas. O prefeito também deve prestar contas à população a cada seis meses e publicar um relatório anual sobre o andamento das metas.

A tramitação do projeto 08/2007 durou exatos seis meses e sua aprovação foi resultado de uma intensa mobilização da sociedade civil. Após a apresentação, em agosto, a proposta passou pelas comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Finanças e Orçamento, além de audiências públicas. As duas votações ocorreram em fevereiro de 2008. Na última, o PLO 008/07 foi aprovado por unanimidade de 54 votos (de um total de 55 vereadores), sob o olhar atento de dezenas de representantes da sociedade civil que estavam presentes nas galerias do plenário. Por ser emenda à Lei Orgânica, o projeto não precisou passar por aprovação do prefeito.

Inédita no país, a Lei do Plano de Metas inovou ao se tornar ferramenta eficaz de controle social, já que possibilita o acompanhamento e a avaliação objetiva da gestão municipal.

Importante: O Plano de Metas deve considerar critérios, como promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social e respeito aos direitos humanos, entre outros.



Apresentada ao Legislativo Paulistano em agosto de 2007 e aprovada em fevereiro de 2008, a Lei do Plano de Metas de São Paulo determina que todo prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão.”

De acordo com um balanço da Rede Nossa São Paulo, **cerca de 40 cidades no Brasil já aprovaram a emenda**, inspiradas pela iniciativa paulistana:

- **Amazonas:** Manaus
- **Bahia:** Euclides da Cunha, Eunápolis, Ilhéus
- **Espírito Santo:** Vitória
- **Goiás:** Anápolis
- **Maranhão:** Timbiras
- **Mato Grosso do Sul:** Dourados
- **Minas Gerais:** Belo Horizonte, Betim, Formiga, Ipatinga e Ouro Branco
- **Pará:** Abaetetuba
- **Paraná:** Londrina
- **Paraíba:** João Pessoa

Além destas, há cidades em que os projetos estão em fase final de tramitação, como Porto Alegre (RS), Blumenau (SC) e Joinville (SC)

Cidades que aprovaram a Lei das Metas na América Latina:

- **Argentina:** Mendoza, Maipú, San Martín de los Andes e Córdoba
- **Paraguai:** Assunção
- **Peru:** Trujillo

- **Rio de Janeiro:** Niterói, Rio de Janeiro, Teresópolis
- **Rio Grande do Sul:** Carazinho
- **Santa Catarina:** Florianópolis
- **São Paulo:** Barra Bonita, Bragança Paulista, Campinas, Cosmópolis, Fernandópolis, Itapeva, Louveira, Mauá, Mirassol, Penápolis, Ribeirão Bonito, São Carlos, São José do Rio Preto, São Paulo, Taubaté, Jaboticabal, Holambra e Jundiá

PEC DO PLANO DE METAS – O QUE É?

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Metas pelos poderes executivos municipal, estadual, distrital e federal, com base nas propostas das campanhas eleitorais, foi apresentada aos deputados por um conjunto de organizações, com o objetivo de melhorar a qualidade do processo político brasileiro. A ideia é dotar os executivos de todos os entes federativos (prefeitos, governadores e presidentes) de um importante instrumento de planejamento, gestão e transparência na administração pública.

Após tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça, passar por duas audiências públicas, ser debatida e ajustada às especificidades do texto constitucional, ao longo de várias reuniões, a PEC do Plano de Metas foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial (criada para analisar a matéria). E agora está pronta para ser apreciada e votada no plenário da Câmara dos Deputados.

O texto aprovado na Comissão Especial (disponível no link http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/__pec.pdf), e que aguarda para ser votado em plenário, é o substitui-

tivo elaborado pelo relator, deputado João Paulo Lima (PT/PE), que sistematiza o essencial das duas PECs – a número 52/2011, do deputado Paulo Teixeira (SP), e a número 10/2011, do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP). Ambas as iniciativas tratavam da mesma matéria, com algumas diferenças. Essas diferenças foram superadas por meio do debate legislativo, que contou também com contribuições do deputado Esperidião Amin (PP/SC).

Considerando a urgência de uma reforma política no país, a aprovação da PEC das Metas vem somar-se aos esforços para aperfeiçoar a democracia brasileira e a gestão pública em todos os níveis. A proposta, além disso, expressa o desejo da sociedade, de acordo com as manifestações recentes. É uma enorme oportunidade para o Poder Executivo e o Congresso Nacional aprovarem esta PEC, atendendo a uma grande demanda da sociedade brasileira.



O PROCESSO DE TRAMITAÇÃO DE UMA PEC

Toda PEC que ingressa no Congresso Nacional deverá ser votada pelo plenário em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma votação e outra.

Para a proposta ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações. Depois de aprovada na Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos. Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas mesas da Câmara e do Senado.

REPERCUSSÃO ENTRE OS PARTIDOS

Doze dos principais partidos políticos do Brasil firmaram um compromisso inédito com o Programa Cidades Sustentáveis (PCS). O ato ocorreu durante a Mesa de Diálogo “Cidades Sustentáveis e Eleições 2014”, que fez parte da programação do Fórum Social Temático 2014, realizado em Porto Alegre (RS).

Durante o evento, todos os políticos participantes do encontro se comprometeram publicamente a mobilizar as lideranças dos partidos para a aprovação da PEC que institui o Programa de Metas para todos os níveis do Poder Executivo.

“Este documento reestabelece a relação do que é governar. Gerir estados, cidades e união é prestar contas àqueles que não são meros espectadores.” **PCdoB – Manuela D’Ávila (deputada federal/RS e líder do partido na Câmara dos Deputados)**

“Também quero apoiar a aprovação, o quanto antes, da PEC que prevê Programa de Metas para prefeitos, governadores e presidente. Vou defender a sua aprovação pela fundamental importância desta iniciativa.” **PDT – Carlos Eduardo Vieira da Cunha (1º vice-presidente do partido e deputado federal/RS)**

“Há uma pré-disposição do presidente para a aprovação da PEC. Queremos que todos nesta geração tenham uma qualidade de vida melhor e que isto se perdure pelas próximas gerações.” **PMDB – Osmar Terra (deputado federal/RS)**

“Não é possível mais falar em desenvolvimento humano e sustentável baseado na visão desenvolvimentista e estadocêntrica de sociedade. Cumprimento, estabelecimento, monitoramento de metas, tudo isso nos remete a um novo patamar. Só assim conseguiremos uma sociedade mais igualitária, mais justa e sustentável.” **PPS – Arnaldo Jordy (deputado federal/PA e membro da Executiva Nacional)**

“O PSB apoia a governança por metas, por mérito e, acima de tudo, apurando resultados. Precisamos de governos que tenham coragem de estabelecer metas e apurar os resultados dessas metas.” **PSB – Beto Albuquerque (deputado federal e vice-presidente nacional)**

“Em São Paulo, aprendemos muito com essa experiência do plano de metas. É um exercício necessário e fundamental para que a gente garanta que o estado brasileiro seja representado pela sociedade e não só pelo gestor público.” **PSD – Alexandre Schneider (ex-secretário de Educação da cidade de São Paulo)**

“Os planos de meta são uma ferramenta importante, permitem que as pessoas votem melhor. Uma boa administração começa na campanha eleitoral.” **PSDB – Luiz Paulo Vellozo Lucas (ex-deputado federal, ex-prefeito de Vitória/ES e diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto Teotônio Vilela)**

“Há de se fazer um grande debate nacional acerca dessa tarefa que estamos colocando aqui. Também precisamos debater o financiamento de campanhas. Isso é fundamental para qualquer gestão, para o planejamento.” **PSOL – Edmilson Rodrigues (deputado estadual/PA e ex-prefeito de Belém)**

“Quero expressar a vontade enorme que temos de assumir essa proposta. Podemos ter metas planejadas ano a ano. Temos experiência aqui em Porto Alegre no Orçamento Participativo. Temos que ter políticas para os pequenos e médios municípios.” **PT – Olívio Dutra (ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-prefeito de Porto Alegre)**

“Precisamos resolver o vazio institucional da governança nas cidades. Vivemos barreiras medievais entre os municípios. Não podemos ser estrangeiros nas cidades vizinhas.” **PTB – Oscar Escher (superintendente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan)**

“Quando começamos a discutir a PEC, Oded argumentou que não era bom prevermos a punição do gestor que não cumprir as metas. Ele argumentava que isso provocaria uma judicialização da gestão. Essa sabedoria do Oded mostra que precisamos de uma nova cultura. Não adianta só termos leis. Precisamos saber usá-las. Precisamos cobrá-las.” **Rede Sustentabilidade – Montserrat Martins (portavoz da Rede Sustentabilidade)**

“Antes de qualquer coisa, quem quer governar tem que ter informação do orçamento. As promessas têm que ser realistas, os planos têm que estar de acordo com a realidade de cada local. Nosso partido foi criado para que os governantes cumpram o que prometeram. Por isso, assumimos os compromissos aqui propostos.” **Solidariedade – Claudio Janta (vereador, presidente estadual do Solidariedade/RS e membro da Executiva Nacional)**



LISTA DOS DEPUTADOS QUE ASSINARAM A PROPOSIÇÃO PARA DAR INÍCIO À TRAMITAÇÃO DA PEC

- | | | |
|---|------------------------------------|---|
| 1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP | 40 DR. ROSINHA PT PR | 80 JOSÉ DE FILIPPI PT SP |
| 2 ADEMIR CAMILO PDT MG | 41 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP | 81 JOSÉ GUIMARÃES PT CE |
| 3 AFONSO HAMM PP RS | 42 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA | 82 JOSÉ MENTOR PT SP |
| 4 ALBERTO FILHO PMDB MA | 43 EDINHO ARAÚJO PMDB SP | 83 JOSEPH BANDEIRA PT BA |
| 5 ALBERTO MOURÃO PSDB SP | 44 EDSON SANTOS PT RJ | 84 JOSUÉ BENGTON PTB PA |
| 6 ALESSANDRO MOLON PT RJ | 45 EDSON SILVA PSB CE | 85 LAERCIO OLIVEIRA PR SE |
| 7 ALFREDO SIRKIS PV RJ | 46 EDUARDO AZEREDO PSDB MG | 86 LELO COIMBRA PMDB ES |
| 8 AMAURI TEIXEIRA PT BA | 47 EMILIANO JOSÉ PT BA | 87 LEONARDO MONTEIRO PT MG |
| 9 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE | 48 ERIKA KOKAY PT DF | 88 LILIAM SÁ PR RJ |
| 10 ANDREIA ZITO PSDB RJ | 49 EROS BIONDINI PTB MG | 89 LUCI CHOINACKI PT SC |
| 11 ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP | 50 ESPERIDIÃO AMIN PP SC | 90 LUCIANA SANTOS PCdoB PE |
| 12 ANTONIO IMBASSAHY PSDB BA | 51 EUDES XAVIER PT CE | 91 LUIS CARLOS HEINZE PP RS |
| 13 ANTÔNIO ROBERTO PV MG | 52 FÁBIO FARIA PMN RN | 92 LUIZ COUTO PT PB |
| 14 ARNON BEZERRA PTB CE | 53 FERNANDO FERRO PT PE | 93 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP |
| 15 ASSIS CARVALHO PT PI | 54 FERNANDO MARRONI PT RS | 94 LUIZA ERUNDINA PSB SP |
| 16 ASSIS DO COUTO PT PR | 55 FRANCISCO PRACIANO PT AM | 95 MANATO PDT ES |
| 17 ASSIS MELO PCdoB RS | 56 GABRIEL CHALITA PMDB SP | 96 MARA GABRILLI PSDB SP |
| 18 BENEDITA DA SILVA PT RJ | 57 GABRIEL GUIMARÃES PT MG | 97 MARCIO BITTAR PSDB AC |
| 19 BETO FARO PT PA | 58 GASTÃO VIEIRA PMDB MA | 98 MARCOS MEDRADO PDT BA |
| 20 BIFFI PT MS | 59 GERALDO RESENDE PMDB MS | 99 MARINA SANTANNA PT GO |
| 21 BOHN GASS PT RS | 60 GERALDO SIMÕES PT BA | 100 MAURO LOPES PMDB MG |
| 22 CARLAILE PEDROSA PSDB MG | 61 GILMAR MACHADO PT MG | 101 MENDES RIBEIRO FILHO PMDB RS |
| 23 CARLINHOS ALMEIDA PT SP | 62 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA | 102 MILTON MONTI PR SP |
| 24 CARLOS BRANDÃO PSDB MA | 63 GONZAGA PATRIOTA PSB PE | 103 MIRIQUINHO BATISTA PT PA |
| 25 CARLOS SOUZA PP AM | 64 GUILHERME MUSSI PV SP | 104 MIRO TEIXEIRA PDT RJ |
| 26 CARLOS ZARATTINI PT SP | 65 HÉLIO SANTOS PSDB MA | 105 MOREIRA MENDES PPS RO |
| 27 CHICO ALENCAR PSOL RJ | 66 HENRIQUE FONTANA PT RS | 106 NAZARENO FONTELES PT PI |
| 28 CHICO LOPES PCdoB CE | 67 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM | 107 NELSON MARQUEZELLI PTB SP |
| 29 CLÁUDIO PUTY PT PA | 68 IVAN VALENTE PSOL SP | 108 NELSON PELLEGRINO PT BA |
| 30 CLEBER VERDE PRB MA | 69 JAIME MARTINS PR MG | 109 NEWTON LIMA PT SP |
| 31 COSTA FERREIRA PSC MA | 70 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP | 110 ODAIR CUNHA PT MG |
| 32 DALVA FIGUEIREDO PT AP | 71 JEAN WYLLYS PSOL RJ | 111 ONOFRE SANTO AGOSTINI DEM SC |
| 33 DAMIÃO FELICIANO PDT PB | 72 JESUS RODRIGUES PT | 112 ONYX LORENZONI DEM RS |
| 34 DANILO FORTE PMDB CE | 73 JILMAR TATTO PT SP | 113 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR |
| 35 DÉCIO LIMA PT SC | 74 JOÃO ARRUDA PMDB PR | 114 OTONIEL LIMA PRB SP |
| 36 DEVANIR RIBEIRO PT SP | 75 JOÃO DADO PDT SP | 115 OZIEL OLIVEIRA PDT BA |
| 37 DOMINGOS DUTRA PT MA | 76 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG | 116 PADRE TON PT RO |
| 38 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG | 77 JOÃO PAULO CUNHA PT SP | 117 PAES LANDIM PTB PI |
| 39 DR. JORGE SILVA PDT ES | 78 JOÃO PAULO LIMA PT PE | 118 PASTOR EURICO PSB PE |
| | 79 JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL | 119 PAUDERNEY AVELINO DEM AM |

- | | | |
|--|--|------------------------------------|
| 120 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR | 142 RONALDO ZULKE PT RS | 164 VICENTINHO PT SP |
| 121 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP | 143 ROSANE FERREIRA PV PR | 165 VIEIRA DA CUNHA PDT RS |
| 122 PAULO PIAU PMDB MG | 144 RUBENS OTONI PT GO | 166 VITOR PENIDO DEM MG |
| 123 PAULO PIMENTA PT RS | 145 RUI COSTA PT BA | 167 WALDIR MARANHÃO PP MA |
| 124 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE | 146 RUI PALMEIRA PSDB AL | 168 WELITON PRADO PT MG |
| 125 PAULO TEIXEIRA PT SP | 147 RUY CARNEIRO PSDB PB | 169 WILLIAM DIB PSDB SP |
| 126 PEDRO EUGÊNIO PT PE | 148 SÁGUAS MORAES PT MT | 170 WILSON FILHO PMDB PB |
| 127 PEDRO UCZAI PT SC | 149 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP | 171 ZÉ GERALDO PT PA |
| 128 PENNA PV SP | 150 SARNEY FILHO PV MA | 172 ZÉ SILVA PDT MG |
| 129 PEPE VARGAS PT RS | 151 SÉRGIO BRITO PSC BA | 173 ZECA DIRCEU PT PR |
| 130 PROFESSORA MARCIVANIA PT AP | 152 SÉRGIO GUERRA PSDB PE | 174 ZEQUINHA MARINHO PSC PA |
| 131 REGINALDO LOPES PT MG | 153 SIBÁ MACHADO PT AC | |
| 132 REINHOLD STEPHANES PMDB PR | 154 SIMÃO SESSIM PP RJ | |
| 133 RENATO MOLLING PP RS | 155 STEPAN NERCESSIAN PPS RJ | |
| 134 RICARDO BERZOINI PT SP | 156 SUELI VIDIGAL PDT ES | |
| 135 RICARDO IZAR PV SP | 157 TAUMATURGO LIMA PT AC | |
| 136 RICARDO TRIPOLI PSDB SP | 158 TONINHO PINHEIRO PP MG | |
| 137 ROBERTO BRITTO PP BA | 159 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO | |
| 138 ROBERTO SANTIAGO PV SP | 160 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA | |
| 139 RODRIGO MAIA DEM RJ | 161 VANDER LOUBET PT MS | |
| 140 ROMERO RODRIGUES PSDB PB | 162 VANDERLEI MACRIS PSDB SP | |
| 141 RONALDO FONSECA PR DF | 163 VICENTE CANDIDO PT SP | |



COMO PARTICIPAR?

Todos nós, cidadãos brasileiros, podemos participar da mobilização pela aprovação da PEC do Plano de Metas.

Uma sugestão é enviar o texto abaixo para deputados e lideranças na Câmara:

“Assunto: Solicitação de apoio para a aprovação das PECs 52/11 e 10/11, do Plano de Metas

Considerando que as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 52/11 e 10/11, que estabelecem a obrigatoriedade do Programa de Metas para os governos federal, estaduais e municipais, encontram-se prontas para votação em plenário. Solicitamos o apoio de V. Exa. para aprovação imediata da matéria, para que a mesma possa ter vigência nas eleições de 2016.

As propostas, apoiadas pela sociedade civil brasileira, destinam-se a estimular a melhoria da gestão pública e a permitir à população uma melhor avaliação e o controle de ações, obras e serviços realizados pelo Poder Executivo nos diferentes entes federativos da nação brasileira. Representam um grande avanço no aperfeiçoamento das instituições, ao promoverem a democracia participativa.”

A relação dos e-mails está no link abaixo:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-atual>

Realização:



PROGRAMA
**CIDADES
SUSTENTÁVEIS**

**REDE
NOSSA
DE
SAOPAULO**



Rede Social Brasileira
por Cidades Justas e
Sustentáveis

INSTITUTO
ETHOS